



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680330 - SC (2021/0219897-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WAGNER GERALDO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WAGNER GERALDO FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Revisão Criminal n. 5019691-37.2021.8.24.0000).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 583 dias-multa pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo, mantendo a condenação nos mesmos termos da sentença, que transitou em julgado em 20/11/2019.

A defesa interpôs revisão criminal, que não foi conhecida por se tratar de mera rediscussão de matéria já decidida em apelação.

A impetrante sustenta a ilegalidade da decisão proferida pelo colegiado estadual, uma vez que teria criado requisito não previsto em lei para a interposição da ação revisional, o que violaria o art. 621 do Código de Processo Penal.

Alega que os fundamentos utilizados para elevar a pena-base acima do mínimo legal seriam inidôneos, pois o binômio quantidade/natureza da droga (art. 42 da Lei de Drogas) deveria ser analisado necessariamente em conjunto e, além disso, a quantidade da droga apreendida seria ínfima.

Requer, liminarmente, a suspensão da condenação no que tange aos excessos. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja afastado o aumento decorrente do art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente